

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Política de guerra e de subjugação de outros povos não pode trazer nada de bom ao povo português e a Portugal

A orientação da camarilha salazarista em matéria económica e financeira dá prioridade absoluta às despesas de carácter militar, quer para manter a guerra contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné, quer no âmbito do agressivo Pacto do Atlântico, a que Salazar, na sequência da sua política anti-nacional, amarrou Portugal em 1949. Uma tal política é contrária aos interesses do povo português e de Portugal.

Na Lei de Meios e no Orçamento Geral do Estado para 1968, assim como no projecto do «Plano de Fomento» para os próximos 6 anos, essa prioridade é gritada aos quatro ventos e justificada com a necessidade da «salvaguarda do país», que ninguém ameaça, e da «sobrevivência da Nação», que só a política anti-nacional de Salazar ao serviço dos monopólios põe em perigo.

Com esta fraseologia «patrioteira» e demagó-

gica, que infelizmente ainda confunde muita gente simples, pretende Salazar e a sua camarilha de serventuários dos monopólios, esconder uma política anti-nacional de subordinação ao imperialismo estrangeiro. A esse respeito o próximo «Plano de Fomento» é muito elucidativo.

A «salvaguarda da integridade territorial do país» de que falam os traidores nacionais dos nossos dias, outra coisa não é senão a justificação da guerra colonial criminoso que conduzem contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné, para defender os super-lucros dos monopólios e colonialistas.

A defesa da «sobrevivência da Nação» é uma outra colossal mentira que Salazar e a sua camarilha arvoram demagógicamente como objectivo de prever a consciência patriótica do povo português e de levá-lo a apoiar a sua criminoso política anti-nacional.

A defesa da independência da Nação e a dominação colonial

O povo português para poder ser verdadeiramente livre não pode aprovar de maneira nenhuma as guerras de opressão conduzidas pelo governo fascista, antes tem por dever patriótico dar todo o seu apoio à luta libertadora conduzida pelos povos de Angola, Moçambique e Guiné.

A «salvaguarda da integridade territorial do país» e a «defesa da sobrevivência da Nação» defendem-se em Portugal, e implicam a luta ardorosa e patriótica do povo português pela expulsão dos soldados alemães da base aérea de Beja, dos norte-americanos da base aérea das Lajes, pela liquidação de todas as estruturas da O.F.A.N. existentes em Portugal e, pela saída do território nacional dos imperialistas estrangeiros

que orientam e comandam essas bases e estruturas. Implica acima de tudo a luta nacional do povo português pelo derrubamento da ditadura fascista, como primeira condição para libertar Portugal do domínio do imperialismo estrangeiro.

«A dominação colonial nenhuns benefícios traz nem pode trazer ao povo português. A dominação colonial tem sido para Portugal um dos principais factores do atraso económico geral e do fortalecimento do poder dos monopólios e do imperialismo estrangeiro, e tem sido uma das bases principais da reacção e do fascismo. Nada tem obscurecido mais a consciência nacional e o espírito patriótico e anti-imperialista dos por-



tugueses que o «patrioteirismo» inspirado na subjugação dos povos coloniais.

«Constituindo uma fonte cómoda de recursos para os monopólios portugueses, a dominação colonial tem desinteressado estes do desenvolvimento da economia portuguesa e tem-lhes per-

mitido diminuir os salários e o poder de compra da população. Tem provocado a restrição do mercado e o subdesenvolvimento da economia nacional, que se tornou numa economia parasitária sem bases sólidas em que apoiar-se». (Programa do Partido Comunista Português).

O Pacto do Atlântico

e os objectivos de guerra do fascismo

Ao integrar Portugal no agressivo bloco militar do Atlântico Norte, Salazar acarinhava a malévola esperança de uma guerra de agressão das potências imperialistas contra a União Soviética e os outros países socialistas. O anti-sovietismo e um anti-comunismo exacerbados têm sido através dos últimos 40 anos uma constante de toda a política interna e externa da camarilha salazarista.

O instigador e fomentador de guerra que era Salazar há cerca de 20 anos, quando atrelou Portugal ao carro de guerra do Pacto do Atlântico dirigido pelos Estados Unidos, não perdeu nenhuma daquelas características. Se bem que a correlação de forças no mundo tenha evoluído num sentido sempre favorável ao campo socialista e este seja hoje o factor determinante na evolução da política internacional, e que, por outro lado, o agressivo Pacto do Atlântico tenha entrado em decomposição acelerada provocada pela saída da França da aliança militar, e pelo agravamento das contradições entre os vários parceiros que o compõem, isto é, uma crise aguda de que dificilmente se recomporá, Salazar e a sua camarilha fascista não desarmam, continuam a ser elementos perturbadores da paz em África e na Europa, eles continuam a acarinhavar a esperança de uma guerra agressiva das grandes potências imperialistas contra a União Soviética e os outros países socialistas.

Trilhando uma política falha de realismo, mas inteiramente conforme com a ética capitalista-fascista, o governo de Salazar e os monopólios

que serve procuram manter-se no poder por tempo indeterminado, manter os seus privilégios de classe e salvar os super-lucros coloniais. Para obterem estes objectivos não recuam ante nada: eles subordinam a sua política aos interesses das grandes potências imperialistas, e serão mesmo capazes de vender a própria alma ao diabo.

«Servido pelo governo fascista—salienta o Programa do Partido Comunista Português—o imperialismo reduz e sufoca a independência de Portugal e apoia a reacção e o fascismo contra o movimento democrático. A conquista da verdadeira independência de Portugal e a instauração e viabilidade de um regime democrático exigem a libertação do domínio imperialista».

Da política belicista de Salazar, baseada toda ela em blocos agressivos, resultou a presença militar do imperialismo mais agressivo em Portugal, em especial dos Estados Unidos e da Alemanha Federal e o dispêndio improdutivo de muitos milhões de contos roubados à boca das massas populares em pura perda para o País.

A vida tem-se encarregado de demonstrar ao povo português que nem a União Soviética, nem qualquer outro país socialista, ameaçaram algum dia Portugal. Ao contrário, foram os países integrantes do Pacto do Atlântico que ameaçaram muitas vezes destruí-los. E foram a União Soviética e os outros países socialistas que desde a sua existência assentaram a sua política externa na defesa da paz mundial, de relações amistosas com todos os países independentemente do seu regime social.

O esbanjamento com as despesas militares

Uma política nacional orientada no sentido da paz com todos os países e de amizade com todos os povos teria permitido a aplicação de muitos milhões de contos, queimados sem glória, em obras reprodutivas, o consequente desenvolvimento económico do país a ritmos muito mais elevados. Porém, pela sua própria essência fascista e de serventário dos monopólios sem pátria, o governo de Salazar nunca poderia seguir uma política nacional que servisse os interesses das massas populares e do País. Por isso, a luta pelo seu derrubamento e pela instauração

de um regime verdadeiramente democrático é um imperativo nacional que se coloca à classe operária e aos camponeses, a todos os portugueses democratas e patriotas, a todos os que aspiram à liberdade, à paz e à felicidade.

«Uma política de paz e amizade com todos os povos—salienta o Programa do Partido Comunista Português—libertará Portugal da presença militar do imperialismo e de encargos financeiros com armamento incompatíveis para a economia nacional e que afectam gravemente o nível de vida do povo trabalhador».

Se de 1949 a 1960 a prioridade das despesas militares ao abrigo do Pacto do Atlântico roubaram ao desenvolvimento económico do País muitos milhões de contos, que bem aplicados e administrados teriam produzido riqueza no valor de outros milhões, o que elevaria o nível de vida do povo português, a continuação da mesma política de então para cá e a prioridade das despesas com a criminosa guerra colonial conduzida desde 1961 contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique, impossibilitam toda e qualquer política séria de verdadeiro desenvolvimento económico, cultural, científico do País e consequente e real elevação do nível de vida

do povo português.

De 1961 a 1967 esbanjaram-se em despesas militares 47 milhões e 269 mil contos; juntando-lhe os 8 milhões e 291 mil contos que se prevê queimar em 1968, atinge-se a soma colossal de 55 milhões e 560 mil contos, com a qual se teriam podido montar a indústria pesada necessária ao posterior desenvolvimento independente da economia portuguesa, e ainda sobejariam fundos para outros investimentos reprodutivos. Em 8 anos, só em despesas militares queimou-se uma soma equivalente a quase metade da que se prevê investir com o «Plano de Fomento» nos próximos 6 anos em Portugal!

Tarefas do proletariado português e do seu Partido

As dificuldades crescentes económicas e financeiras que se vêm observando em vários sectores da indústria e da agricultura, a subida vertiginosa do custo de vida, em particular nos últimos dois anos, a falta de verbas para estradas e transportes, para a saúde e educação, etc., advêm fundamentalmente do dispêndio de verbas colossais no âmbito do Pacto do Atlântico e com a condução das guerras coloniais, onde morre o melhor da nossa juventude na defesa de uma causa que não é sua nem do povo português.

A saída nacional para uma tal situação passa obrigatoriamente pela intensificação das lutas reivindicativas da classe operária e das massas trabalhadoras, cuja amplificação e orientação correcta exigem o fortalecimento da sua unidade e da sua organização; pela luta das massas populares contra a vida cara, contra as guerras coloniais e pelo reconhecimento aos povos de Angola, Moçambique e Guiné do direito à sua independência imediata; pela paz, contra a censura, pela amnistia aos presos políticos e contra a repressão; contra o domínio do imperialismo

estrangeiro no nosso País, contra a participação de Portugal no Pacto do Atlântico.

Nestas lutas e de outras do mais variado tipo é que se forjará a união combativa revolucionária de tudo o que a Nação tem de são e progressivo necessária para conduzir o povo ao levantamento nacional, à insurreição popular armada que derrubará a ditadura fascista e instaurará um regime verdadeiramente democrático em Portugal.

«No actual momento histórico—proclama o Programa do Partido Comunista Português—a grande tarefa que se coloca ante o proletariado português e o seu Partido é levar a cabo, com os seus aliados, a revolução democrática e nacional: o derrubamento da ditadura fascista, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, a libertação do domínio imperialista, a liquidação da vergonhosa herança colonial e uma transformação social profunda da sociedade portuguesa ao serviço do povo e da independência nacional. Trata-se duma revolução que corresponde aos interesses do proletariado e de outras classes e camadas anti-monopolistas, assim como aos verdadeiros interesses nacionais».

DESENVOLVER AS LUTAS REIVINDICATIVAS DA CLASSE OPERÁRIA

Alguma coisa há a considerar em relação às Comissões Operárias. Chamar os trabalhadores a participarem na formação das Comissões e na discussão das reivindicações a apresentar, dar-lhes regularmente contas da acção das Comissões, procurar o seu apoio constante,—devem ser preocupações centrais da luta reivindicativa nas empresas.

A unificação da luta de várias empresas é também hoje um problema capital para o desenvolvimento do movimento reivindicativo operário. A formação de Comissões de Classe, de Comissões de Delegados Operários das empresas ou de Comissões Coordenadoras da acção das Comissões existentes, representam um papel decisivo para essa unificação.

(Do Relatório Político do C.C. ao VI Congresso do P.C.P.)



PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA DEFESA DO PARTIDO

O Partido Comunista Português vive uma rigorosa clandestinidade. A acção policial do fascismo amplia-se e reforça-se na perseguição aos comunistas e a outras forças democráticas.

Os métodos de vigilância baseiam-se hoje em processos técnicos aperfeiçoados e numa vasta rede de agentes. Sob a orientação directa de Salazar, a PIDE comanda todas as outras forças repressivas—G.N.R., P.S.P., Legião, P.V.T.—a fim de tornar mais eficiente a sua acção.

A melhoria de processos e aumento de efectivos registados no aparelho repressivo do fascismo colocam novas exigências e novos métodos ao trabalho conspirativo dos comunistas, requerem uma busca contínua de soluções que ultrapassem o poder do inimigo a sua experiência e recursos técnicos.

O nosso Partido possui uma valiosa experiência do trabalho conspirativo, que deve ser transmitida, de modo criador, pelos militantes mais antigos, aos camaradas menos experimentados, para que se reforcem os meios de defesa, se elaborem novos processos de trabalho.

Os comunistas não podem defender-se eficazmente da acção policial se seguem métodos rotineiros na defesa da sua actividade. A rotina é

um inimigo tão perigoso como o liberalismo, a inconfidência, a falta de vigilância e de atenção. Na medida em que a rotina se instala no trabalho conspirativo do Partido, ela abre possibilidades imediatas à polícia, porque se deixou de exercer uma acção vigilante sobre a actividade do inimigo, porque continuaram a utilizar-se métodos de trabalho ultrapassados, em vez de procurarem novas formas de acção e de defesa.

A reunião de Julho do Comité Central voltou a acentuar a necessidade de se renovarem os métodos conspirativos em todo o Partido, de adaptá-los às condições existentes, às particularidades das organizações, à situação concreta de cada sector e de cada militante.

«Em relação a muitos aspectos da defesa—afirma-se no relatório político do Comité Central apresentado ao VI Congresso—os métodos têm de ser escolhidos, não por qualquer segurança intrínseca absoluta que possam oferecer, mas segundo as condições existentes e as direcções da acção do inimigo no momento dado. Para defender o Partido há que saber escolher e variar de processos, e procurar sempre que possível, fazer de forma diferente daquela que o inimigo pode supor».

A disciplina e o trabalho conspirativo

A disciplina do Partido é um dos fundamentos da sua unidade, da coesão das suas fileiras, da sua função dirigente na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pelo derrubamento da ditadura, pela conquista da democracia e do socialismo.

«A disciplina do Partido é baseada na aceitação consciente da orientação do Programa e Estatutos do Partido. A disciplina do Partido é igual para todos os membros do Partido, qualquer que seja a sua organização ou organismo a que pertençam»—diz-se no parágrafo 35 dos Estatutos do Partido Comunista Português, aprovado pelo VI Congresso.

Em matéria conspirativa a disciplina constitui a base dos êxitos do Partido na luta contra a ofensiva policial. Quando as medidas não são aplicadas, quando os militantes desrespeitam as resoluções, quando não se sentem animados do espírito colectivo que deve presidir a todo o trabalho do Partido e se sobrepõem aos organismos a que pertencem, o Partido paga por duro preço, em perda de quadros, em redução temporária da sua capacidade de acção, em dificuldades de vários tipos, os actos de indisciplina dos seus membros, o desrespeito pelas resoluções tomadas.

Quando há meses um militante do Partido, a quem foi vedada a frequência de determinada zona, ignorou a medida estabelecida, a sua atitude de indisciplina pôs em risco a sua instalação, denunciou um aspecto particular da actividade do Partido, comprovando, mais uma vez, a que perigosos resultados podem conduzir as quebras de disciplina.

O reforço da disciplina, a acção formativa dos militantes, no sentido da sua integração no espírito de uma disciplina consciente e férrea, levam ao fortalecimento do trabalho conspirativo, à melhoria dos métodos de defesa.

Os militantes revolucionários devem ter uma noção precisa dos perigos que os cercam, da vigilância que é necessário exercer em cada dia, do espírito criador e atento com que precisa de desenvolver-se a sua acção, integrando essas atitudes na noção de disciplina, no seu real valor para a defesa de toda a sua actividade.

O reforço da disciplina conduz ao reforço do trabalho conspirativo, à melhoria dos métodos de defesa, reaviva a noção dos perigos que espreitam os militantes comunistas na sua vida de cada dia, reforçando ao mesmo tempo o seu espírito de decisão e a sua coragem.

O nível da organização e a defesa do Partido

O Partido da classe operária não é uma organização de conspiradores sem máscara. É um Partido revolucionário cuja existência e cujas tarefas implicam uma estreita ligação com as massas. Sem essa ligação, renovada e ampliada pelo esforço constante dos comunistas, o Partido não pode viver. Quanto mais isolado se encontra o Partido, maiores são os riscos que corre. Quanto mais fortes e enraizadas nas massas se encontram as organizações partidárias maiores são as possibilidades de defesa.

Uma organização que cristaliza, que não recruta novos membros, que não desenvolve uma actividade de massas, que não conduz lutas reivindicativas, é uma organização cujos militantes realizam múltiplas tarefas, evidenciando um esforço que acaba por localizá-los ao cabo de um certo período, apesar de todos os cuidados que possam ter.

Uma organização em que se ignoram as normas de compartimentação, em que todos os camaradas se conhecem, em que se pratica a in-

confidência e a irreflexão, em que se subestima a actividade dos provocadores, dos agentes do patronato e do fascismo, cria, pelo seu mau trabalho de organização, as condições para uma fácil ofensiva do inimigo.

O trabalho individualista, a falta de organismos intermédios, representam igualmente uma fresta permanentemente aberta pela qual penetra com frequência a acção policial.

O controleiro que se substitui aos organismos intermédios sem cuidar de formá-los rapidamente, vem a ser vítima do estilo de trabalho individualista, tornando-se um alvo fácil da polícia e da sua rede de informadores.

Quanto mais elevado for o nível das organizações do Partido, quanto mais eficiente for a actividade dos seus organismos intermédios—comités locais, regionais e provinciais—quanto mais fortes forem os laços que ligam o Partido às massas, melhores são as condições de defesa dos comunistas no seu trabalho revolucionário.

O estilo de trabalho e a defesa

Nem sempre os golpes da repressão, a experiência do inimigo, os seus meios, os seus processos constituem um sério motivo de análise, reflexão e acção, donde saíam medidas adequadas para o reforçamento do trabalho conspirativo do Partido. Não se pode verificar o desmantelamento de organizações, a perda de quadros preciosos, sem cuidar de saber, com rigor de comunistas, das causas que motivaram tais desastres e das formas activas de lhes dar combate. Quais as consequências de uma tal insensibilidade? A falta de medidas apropriadas, a repetição de erros, a prática de processos de trabalho que foram motivo dos golpes sofridos. É preciso reconstituir organizações sobre uma base segura e não sobre uma base de areia. Depois do desastre registado no Sul é inteiramente necessário apurar, com profundidade, as causas que provocaram a perda de quadros e organizações e esquadriñar as condições conspirativas deste sector e de cada militante, dentro da orientação estabelecida pelo Comité Central.

«Para vencer as debilidades de organização tem de corrigir-se todo um estilo de tra-

balho que nos últimos anos se generalizou no Partido—afirmou o camarada Álvaro Cunhal no relatório político do Comité Central, apresentado ao VI Congresso—estilo caracterizado pela rotina de processos de organização e pelo frenesim na busca do êxito imediato. Trabalha-se para compor e recompor com rapidez, utilizando repetidamente os mesmos processos. Não se pensa nuns casos e não se admite outros, um trabalho em profundidade, cauteloso, consolidando cada nova posição conquistada. Por vezes julga poder fazer-se em dias o que demora meses a fazer. Corre-se mais sem dúvida, mas acaba por perder-se num dia ou numa semana o tempo ganho na corrida. Não se pensa num trabalho de organização com uma ampla perspectiva, mas com a ideia de recompor rapidamente um aparelho mínimo, com o qual se procura, não só assegurar a realização das tarefas do dia a dia, como retomar prematuramente a ofensiva. É essa uma das causas porque damos um passo em frente e dois à retaguarda».

A selecção e promoção de quadros e a defesa do Partido

A defesa do Partido assenta também numa justa política de quadros. Não basta recrutar novos membros para o Partido. É necessário saber quem se recruta, insuflar-lhe a noção dos deveres e direitos que cabem a cada militante comunista e que se encontram expressos nos Estatutos do Partido. É necessário proceder a uma justa distribuição de quadros.

Colocar cada quadro no seu justo lugar signi-

fica encarregá-lo de tarefas que estejam ao nível das suas possibilidades. Significa ajudá-lo fraternalmente a vencer as dificuldades com que tropeça, vivendo de modo objectivo as suas tarefas. Significa saber ver o que há de bom e útil em cada militante e o que encerra de negativo e de deficiente, sem avolumar qualquer dos aspectos, sem que um dos lados leve a ofuscar o outro. Significa colaborar activamente, de ma-



neira metódica, no desenvolvimento político e ideológico desse quadro, para que ele sinta que o Partido é uma escola de homens novos, que se preparam, por um esforço constante, para a concretização das suas tarefas e para os difíceis momentos que a luta comporta.

Quando se ajuda e acompanha a acção dos militantes, quando se desenvolve neles as virtudes intrínsecas da classe operária, está-se em condições de proceder a uma justa selecção de quadros, sem se deixar guiar por impressões passageiras, por simples inclinações de simpatia pessoal, está-se em condições de destacar os militantes para as tarefas em que melhor possam servir o Partido, desenvolvendo as suas reais possibilidades.

Eleva quadros a funções de maior responsabilidade, sem deles haver um conhecimento preciso, que fundamente um justo critério de avaliação, é eventualmente abrir a elementos sem firmeza revolucionária o conhecimento de sectores importantes do Partido e de aspectos fundamentais do seu trabalho.

A falta de auxílio político aos quadros, como o débil conhecimento destes, a falta de vigilância revolucionária, o deficiente controle de execução, a ligeireza na promoção de militantes, a

amizade pessoal, a adulação, o compadrio abrem o caminho aos aventureiros políticos, aos arrivistas, aos ambiciosos que causam graves danos ao Partido, pois constituem a fauna donde saem os traidores e os renegados.

A luta contra a traição figura entre os problemas assinalados pela reunião de Julho do Comité Central para a defesa do Partido: A guerra aos traidores, faz parte integrante do processo de revigoração da luta do proletariado contra os seus inimigos de classe, do persistente combate para impedir e anular a actividade policial, nas fileiras do Partido.

O Partido do proletariado é uma força de vanguarda que tem como tarefa fundamental derrubar o sistema capitalista e construir o socialismo e o comunismo. Os seus membros devem impor-se pelo exemplo da sua conduta, da sua dedicação, espírito de sacrifício, valentia e heroísmo na direcção da luta da classe operária e nas condições mais difíceis e perigosas.

A defesa do Partido, o seu crédito político estão intimamente ligados à firme e corajosa posição dos comunistas em face dos esbirros policiais. Reforçar as posições de firmeza e de coragem diante do inimigo de classe é reforçar a defesa do Partido.

DOCUMENTOS

INTERVENÇÃO DO CAMARADA MANUEL RODRIGUES DA SILVA EM NOME DA DELEGAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NO ENCONTRO CONSULTIVO DE BUDAPESTE

Queridos camaradas:

O Partido Comunista Português aprovou a iniciativa da realização deste Encontro Consultivo em Budapeste para que possamos analisar, colectivamente, todos os problemas respeitantes à realização duma nova Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários.

Junto de todos os partidos irmãos, com os quais temos tido trocas de opiniões, assim como em comunicados e resoluções do nosso Comité Central, sempre nos pronunciámos pela necessidade da realização de uma nova Conferência Internacional. Mas, tendo em conta a situação existente no movimento comunista internacional, o Partido Comunista Português tem insistido, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de uma atenta preparação, de maneira que a convocação da Conferência seja o resultado de um exame colectivo de todos os Partidos Comunistas e Operários interessados na cooperação e na

unidade com os partidos irmãos.

Fiel a estas ideias, o Partido Comunista Português está em Budapeste com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento das condições necessárias à preparação da nova Conferência. Nós vemos este Encontro como a mais larga possibilidade de cada partido participante poder exprimir franca e lealmente as suas opiniões, de as confrontar com as dos partidos irmãos, de eventualmente manifestar as suas reservas ou discordâncias e de procurar, sempre em comum e fraternalmente, a solução dos problemas respeitantes à convocação duma nova Conferência Comunista Mundial.

Inspirado por estas ideias o nosso Comité Central considera este Encontro como correspondendo à opinião e vontade da grande maioria dos partidos irmãos e, nos aspectos essenciais, à posição do Partido Comunista Português.

Dito isto, queremos declarar imediatamente neste Encontro que o Partido Comunista Portu-

guês se pronuncia, mais uma vez, pela realização da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários. O nosso Partido considera que seria de desejar que o Encontro Consultivo iniciasse o trabalho prático preparatório da Conferência. Entretanto, trata-se apenas, aqui, dum Encontro Consultivo e o espírito que nos anima é o de conseguir a participação, a mais larga possível, de partidos irmãos na Conferência Internacional. Por isso, pensamos que o Encontro Consultivo deveria limitar-se a procurar o acordo dos partidos participantes acerca dos objectivos da Conferência, da sua ordem de trabalhos, de uma data—considerada em princípio mas não definitivamente fixada—e dos métodos de trabalho preparatório.

Nós pensamos ainda que o Encontro Consultivo deveria dar conhecimento aos Comités Centrais dos partidos participantes dos acordos estabelecidos, bem como de outras opiniões, propostas ou sugestões apresentadas neste Encontro, o que é de resto sugerido na carta de convite do Partido Operário Socialista Húngaro. Poderiam então fixar a realização dum novo Encontro Consultivo dentro de 2 ou 3 meses, com o objectivo de adiantar o trabalho preparatório.

Dado que deveríamos fazer novos esforços para a participação no novo Encontro Consultivo e na Conferência Internacional, dos partidos irmãos ausentes do actual Encontro, o Partido Comunista Português é de opinião que para alcançar esse objectivo lhes deveriam ser comunicados os resultados fundamentais do Encontro Consultivo e dirigido convite para participarem no novo Encontro Consultivo.

De acordo com a nossa proposta sobre os objectivos do Encontro actual, passamos a expor em seguida as ideias do Partido Comunista Português sobre a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários:

O Partido Comunista Português pronuncia-se pela realização da Conferência Internacional dentro dum prazo que, em princípio, não deve exceder um ano. Pensamos que a Conferência deveria ter como objectivo fundamental o reforço da cooperação entre os partidos e da unidade do movimento comunista e não deveria servir para condenar ou excluir qualquer partido irmão. A ordem do dia da Conferência deveria consistir na definição das direcções funda-

mentais da luta contra o imperialismo.

No que diz respeito à sua composição, o Partido Comunista Português defende a necessidade de uma Conferência do Movimento Comunista, aberta a todos os partidos comunistas e operários, inclusive os que foram fundados após a Conferência de 1960. Devemos, entretanto, declarar que o Partido Comunista Português manifesta igualmente a sua disposição de participar numa Conferência Internacional mais larga, com a participação de partidos socialistas, progressistas e outras forças anti-imperialistas.

Finalmente, o Partido Comunista Português pronuncia-se pela adopção de métodos democráticos de trabalho, de forma que todos os partidos irmãos interessados possam manifestar as suas opiniões e de forma que os resultados da Conferência venham a ser o resultado duma análise e do acordo dos participantes.

O Partido Comunista Português é pelo respeito escrupuloso dos princípios de igualdade, da independência e da soberania dos partidos comunistas e operários, assim como da não ingerência de uns na vida interna de outros. O Partido Comunista Português aplica esses princípios nas suas relações com os partidos irmãos, e, ao mesmo tempo que se pronuncia contra a estreiteza nacional, manifesta-se pelo cumprimento por todos os partidos comunistas e operários dos seus deveres internacionalistas. Nas relações entre os partidos irmãos isso significa, antes de mais, trocar franca e abertamente opiniões e experiências, esforçar-se pelo entendimento fraterno, ajudar à conjugação dos esforços da grande família comunista mundial.

Nós vemos o actual Encontro como uma consequência das numerosas conversações bilaterais realizadas entre partidos irmãos, como um fruto precioso dos esforços de cooperação e de unidade dos partidos comunistas e operários. Pelo nosso lado tudo faremos para fazer vencer o interesse da cooperação e da unidade, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Fá-lo-emos porque nós sentimos, queridos camaradas, que tal constitui, como o afirmou o nosso Comité Central na sua Declaração de apoio a este Encontro, «uma necessidade imperiosa na luta contra o imperialismo, pela liberdade dos povos e a independência das nações, pela democracia, a paz e o socialismo».

UNIR O MAIS APAIXONADO ARDOR AO MAIOR SANGUE FRIO

A burguesia pode enervar-se, irritar-se até perder a cabeça, forçar a nota, cometer loucuras, vingar-se de antemão dos bolcheviques e encarregar-se de massacrar (na Índia, Hungria, Alemanha etc.) novas centenas, milhares, centenas de milhar de bolcheviques de hoje ou de amanhã: ao agir deste modo, a burguesia procede como todas as classes condenadas pela história. Os co-

munistas devem saber que o futuro lhes pertence suceda o que suceder. Por essa razão podemos (e devemos) unir, na grande luta revolucionária, o mais apaixonado ardor ao maior sangue frio e à mais reflectida apreciação das convulsões desesperadas da burguesia.

(Lénine: A Doença Infantil do Comunismo)

PERGUNTAS e RESPOSTAS

Em cartas enviadas aos organismos de Direcção e aos órgãos de imprensa do Partido, são com frequência expostas dúvidas e feitas perguntas sobre variadas questões. Não só se torna praticamente impossível responder por carta a todos os camaradas, como o esclarecimento de muitas das questões levantadas interessa todo o Partido. Por uma razão e por outra, se decidiu abrir no «Militante» a presente secção.

Para simplificar o trabalho, pede-se que, na correspondência destinada a esta secção, seja indicado: «O Militante», secção Perguntas e Respostas.

P Os documentos do CC têm insistido na necessidade de uma maior iniciativa dos organismos intermédios. Na prática, é muito difícil trabalhar dentro duma tal orientação. Se esperamos indicações de cima, diz-se que não temos iniciativa. Se tomamos iniciativas, somos com frequência criticados pelos controladores que dizem que não o devíamos ter feito sem os consultar. Que fazer?

R Nas actuais condições do trabalho partidário, em que as necessidades de defesa dificultam os contactos entre os organismos, o problema levantado é de maior importância. Esperar (por vezes semanas) as indicações do controlador para a orientação do trabalho prático e a resolução de problemas que se vão colocando às organizações é condenar estas à inactividade, é criar um estilo de trabalho em que os quadros se sentem atados de pés e mãos, é amortecer o espírito criador dos militantes, é impedir que as organizações respondam a tempo aos problemas que ante elas se colocam, é no fim de contas renunciar à acção dinâmica e ao papel dirigente do Partido.

Constantemente se colocam às organizações e militantes situações e problemas que exigem uma resposta e uma intervenção imediatas. Essa exigência coloca-se em relação às lutas reivindicativas dos trabalhadores, à acção política, a problemas de defesa e mesmo de organização. Para que o Partido possa cumprir o seu real papel dirigente, é absolutamente necessário for-

talear a iniciativa, a capacidade de decisão e a autoridade dos organismos intermédios e de base (Comités Regionais e Locais, Secretariados de Célula, etc.). A função desses organismos não é apenas transmitir as palavras de ordem gerais indicadas pela Direcção do Partido. É sua tarefa orientarem, dentro da linha geral traçada e das instruções recebidas dos organismos superiores, a actividade do Partido e as lutas da classe operária e das massas populares nos sectores respectivos. Os organismos intermédios e de base são organismos dirigentes nos sectores que lhes estão confiados e é vital que todos ganhem a consciência dessa responsabilidade.

Falta-lhes sem dúvida muitas vezes um larga experiência. Necessitam do auxílio dos organismos superiores. É seu dever estudar atentamente as experiências gerais do trabalho partidário e ter em conta as indicações dos controladores. Em relação a questões particularmente importantes e complexas, em que tenham dúvidas sérias acerca do justo caminho e não haja grave inconveniente em esperar a ligação com os controladores, é correcto esperarem. Mas é no trabalho prático, é no hábito de tomar a responsabilidade de decidir ante as situações novas que vão surgindo ou ante os acontecimentos que exigem uma imediata resposta, que os quadros do Partido enriquecem a sua experiência e melhoram a sua capacidade de direcção.

Uma ampla iniciativa e o alargamento da faculdade de decidir podem apresentar sérios perigos apenas no caso de os organismos intermédios e de base não estarem integrados na linha geral do Partido. De facto, se a iniciativa e as decisões fossem tomadas contra a linha do Partido, conduziriam a erros de nocivas consequências, ao enfraquecimento geral da actividade e da unidade e à desagregação orgânica. Por isso se tem insistido em que a descentralização orgânica, a maior iniciativa e faculdade de decisão, têm de ser acompanhadas pela integração efectiva de todas as organizações e militantes na linha do Partido, por uma severa disciplina política, pelo reforço da unidade de pensamento político e do centralismo político.

Assimilada a linha política e tática do Partido, os organismos intermédios e de base, assim como cada militante, devem com coragem, audácia e sentido de responsabilidade, dar crescentes provas de iniciativa e de capacidade de decisão. Só assim poderão cumprir a tarefa que lhes cabe de DIRIGIR os respectivos sectores. E só assim o Partido no seu conjunto poderá dar novo impulso à luta popular, colocar-se de facto à frente dessa luta e progredir em todos os aspectos da sua actividade.

P Em Maio de 1967, o poeta soviético Evtuchenko esteve em Portugal, onde deu entrevistas e realizou um recital. Essa visita deu lugar a animadas controvérsias, sobretudo nos meios intelectuais. O facto de, até hoje, o Partido não ter feito uma apreciação dessa visita não contribui para a melhor compreensão e esclarecimento dos problemas levantados. Apesar de ter passado quase um ano não seria ainda oportuno dizer algumas palavras na imprensa do Partido?

R O PCP tem-se pronunciado e continua a pronunciar-se pelo intercâmbio cultural de Portugal com a União Soviética e outros países socialistas, mesmo nas actuais condições de fascismo. Esse intercâmbio pode contribuir para romper o isolamento em que a ditadura procura manter o povo e os intelectuais e dá possibilidade de contacto (embora numa esfera limitada) com o campo socialista e algumas das suas realizações. A vinda a Portugal de músicos, escritores e outros artistas soviéticos, a exibição em Portugal de filmes e grupos teatrais soviéticos, são utilíssimos a todos os títulos. Da mesma forma, a ida à URSS de artistas portugueses. Daí deve considerar-se a visita do poeta soviético Evtuchenko a Portugal como um facto positivo.

Entretanto, nessa visita, vários aspectos mereceram justos reparos críticos da parte de camaradas e democratas portugueses.

O primeiro diz respeito à escolha da data e do local da aparição de Evtuchenko em Portugal. Mesmo que se tratasse de um «pretexto», a escolha de Fátima, peregrinação a que o regime fascista e a hierarquia católica procuram dar um carácter abertamente anti-comunista e reaccionário, tem de considerar-se pouco feliz e tanto mais inoportuna, quando nesse mesmo ano o Papa Paulo VI veio a Fátima, não para aí dizer uma palavra de crítica à política de guerra colonial do fascismo, nem à repressão e ao terror fascista, mas para aconselhar a que os portugueses não pensem em «projectos de revolução» e para atacar os países socialistas.

Pouco felizes foram também algumas das intervenções de Evtuchenko em reuniões e conferências de imprensa. Numa delas, depois de dizer que havia em Portugal coisas que não lhe agradavam e ter provocado com essa afirmação entusiásticos aplausos, logo acrescentou (por excesso de prudência? por «diplomacia»? por «isenção» e «neutralismo»?) que também no seu país havia coisas que não lhe agradavam. Tão desaje-

tada comparação deu justamente origem a movimentos de surpresa e de desacordo.

Quanto aos poemas escolhidos por Evtuchenko para o recital de 17 de Maio de 1967 (Teatro Capitólio da Lisboa) e para outros encontros com o público português, a escolha também não foi feliz. Recitados no quadro da situação política portuguesa, apreciados por um povo que vive há 40 anos sob uma ditadura fascista, esses poemas nem são os que melhor reflectem o pensamento, os problemas e as aspirações da juventude e dos poetas soviéticos, nem são os que melhor respondem aos problemas que se colocam ante o povo português.

A «mensagem» poética que Evtuchenko trouxe aos portugueses pareceu tanto mais deslocada, quanto é certo que a poesia portuguesa contemporânea, apesar das terríveis limitações impostas pelo fascismo, é uma poesia confiante, impregnada de amor pelo povo trabalhador e pelos ideais da liberdade e da justiça social. Para exprimir na poesia os anseios da liberdade, assim como todo o novo humanismo democrático e socialista, não é necessária uma temática explicitamente revolucionária. Eles podem exprimir-se falando da natureza, falando do amor, falando dos factos aparentemente mais triviais. Assim o têm feito os poetas portugueses e por isso, embora cantando no grande campo de concentração que é Portugal dominado pelo fascismo, têm no seu activo uma belíssima poesia de combate.

Falando do amor, o tom predominante da poesia portuguesa contemporânea é a crítica ao isolamento e ao egoísmo individuais, é um apelo à participação dos homens nas grandes lutas que interessam todo o povo. Muitos e muitos poetas portugueses, têm cantado: «Acorda, amor! Não feches os olhos ao que se passa em volta!». Mas Evtuchenko declamou que «Estamos num mundo/ que voa enlouquecido/ e ameaça explodir/ e é preciso abraçarmo-nos/ para não cairmos dele!». «Dorme, amor...», tal a conclusão pessimista do poeta («Poemas do recital», p. 41 e seg.).

A poesia portuguesa contemporânea exprime as firmes opções do povo português face aos grandes problemas do mundo contemporâneo e da sociedade portuguesa. O Sim e o Não têm para os portugueses um significado moral, político e artístico. Em Portugal, num ponto de vista de classe, é-se pelo Sim, ou é-se pelo Não. Mas Evtuchenko veio declamar que «É melhor ir e vir até ao fim da minha vida/ entre a cidade Sim e a cidade Não», numa conclusão de humanismo acima das classes, de cepticismo, de dúvida e de recusa às grandes opções. (Ibid. p. 47 e seg.).

Os poetas portugueses contemporâneos, conhecem bem o método usado, através dos tempos pelos artistas acorrentados pelas condições políticas e sociais, de falarem do passado para referirem o presente. E o «público», que vive intensamente os problemas do presente, busca sempre analogias e conclusões quando se lhes fala do passado. Foi na cidade de Simbirski, hoje Ulianovsk, que Lênine nasceu. A «Feira em Simbirski» de Evtuchenko fala da antiga Rússia e do papel de Lênine na Revolução. Mas para o público português que ouve, sem explicações, cantar os sofrimentos do povo russo e ouve cantar que «um dia chegará» em que uma voz dirá «levanta-te!», o primeiro sentimento é de incompreensão e de equívoco.

Na URSS, a democracia socialista dirigida pelo Partido assegura que o cidadão soviético possa criticar as deficiências e os erros. Que os poetas o façam é positivo e necessário. Mas não parece que o lugar escolhido para o fazer seja Portugal, por um poeta soviético que visitava o País pela primeira vez e através do qual Portugal trabalhador e anti-fascista esperava receber palavras de solidariedade e um eco das extraordinárias realizações da União Soviética.

Apesar porém dessas insuficiências, consideramos que a viagem de Evtuchenko, em si, foi positiva.

Contra a resistência e oposição do governo fascista, continuamos a lutar por um real intercâmbio cultural entre Portugal e a União Soviética, assim como com outros países socialistas. No interesse da cultura e da arte. No interesse da amizade dos povos. No interesse da causa da liberdade e do socialismo.

P Num folheto intitulado «Extractos do Militante», diz-se que José Gregório foi o fundador do «Avante!» em 1931. Não se trata de um erro? Não foi Bento Gonçalves o fundador do «Avante!»?

R De facto, a criação do «Avante!» em 1931 deve-se à iniciativa de Bento Gonçalves. José Gregório não pertencia então ainda aos quadros dirigentes do Partido. A sua vida clandestina começou em 1934, após a greve insurreccional da Marinha Grande de 18 de Janeiro de 1934, em que participou activamente. Em 1934/36 frequentou a Escola Leninista da Terceira Internacional, que funcionava em Moscovo, entrando clandestinamente em Portugal, trabalhou na organização de Lisboa até à sua prisão em 1938. Libertado em 1940, participou

na reorganização do Partido e foi o quadro escolhido para trabalhar na tipografia clandestina à qual em 1941 coube recomeçar a impressão do «Avante!» interrompida havia três anos. Em fins de 1942 foi enviado para o norte como responsável da organização. Em meados de 1943 foi chamado ao Secretariado do C.C. Desde então até ser incapacitado pela doença que o havia devotado em 1961, escreveu numerosos artigos para o «Avante!» e outros órgãos da imprensa clandestina.

P O cidadão francês Regis Debray foi preso e condenado na Bolívia sob a acusação de participar no grupo guerrilheiro chefiado por Ernesto Guevara. As autoridades bolivianas e vários órgãos da imprensa mundial afirmam que Regis Debray deu elementos à polícia boliviana acerca da presença de Guevara na Bolívia. Que haverá de verdade nessas afirmações?

R Como é sabido Ernesto Guevara, à frente de um grupo de cubanos, bolivianos e homens de outras nacionalidades procurou desenvolver o movimento guerrilheiro na Bolívia. Separado das massas, sem conseguir um apoio popular e uma raiz nacional, agindo sem correspondência com um amplo movimento político, o grupo guerrilheiro, apesar da experiência e do heroísmo de «Che» Guevara e de outros corajosos combatentes, acabou por ser liquidado.

A acção repressiva do governo boliviano foi facilitada por declarações de alguns traidores e desertores. Regis Debray, não foi o primeiro a indicar à polícia boliviana a presença de Guevara na guerrilha, mas é indubitável que a confirmou.

Procurando refutar a acusação de ter denunciado Guevara, Debray declarou aos jornalistas: «A presença de Guevara era conhecida desde o princípio do mês de Março pelo exército, que tinha colhido esta informação de diversas fontes e primeiramente da boca de três desertores (...). Depois Jorge Vasquez falou involuntariamente (...). Depois Bustos falou (...). No dia 12 de Maio mostraram-me as declarações de Vasquez e de Bustos, mais as dos três desertores, mais duas fotografias de «Che» que já possuíam, mais outras provas materiais, designadamente um jornal de campanha do guerrilheiro Braulio, caído no mês de Abril, onde a presença de Guevara era referida. Então, reconheci ter visto «Che». Fazendo-o, fui o sexto a fazê-lo».

OS SINDICATOS NACIONAIS

e a luta reivindicativa dos trabalhadores

A importância da luta reivindicativa nos sindicatos nacionais, fascistas, adquire cada vez maior valor e significado e os trabalhadores pela sua própria experiência vão-se dando conta disso, ocorrendo a eles cada vez em maior número para ali discutirem e lutarem unidos por variadas reivindicações.

Se bem que a reivindicação fundamental da classe operária continue a ser o aumento de salários, que permita fazer face ao custo de vida, hoje existe toda uma série de outras reivindicações importantes, — incluindo a conquista de uns tantos direitos e a defesa de outros já adquiridos — para a concretização das quais é imprescindível a coesão e a luta permanente da classe operária e restantes trabalhadores no interior dos sindicatos nacionais.

A reforma, as férias pagas, o abono de família, a assistência médica e hospitalar, o salário durante a doença ou por motivo de acidentes de trabalho, descanso da mulher grávida um mês antes do parto e um mês depois com o salário por inteiro, etc; são já hoje direitos adquiridos por centenas de milhar de trabalhadores que importa defender e alargar, à medida que a situação se vai modificando. E isso só pode ser feito, desde que os trabalhadores fortaleçam a sua unidade, ampliem a sua participação na luta, dentro dos sindicatos nacionais fascistas.

A trabalho igual, salário igual, habitação com renda acessível, condições para os jovens operários poderem estudar, com vista à sua qualificação profissional sem qualquer desconto nos

seus salários, construção de creches próximo das fábricas e de outros locais de trabalho, etc, são reivindicações já hoje popularizadas entre as massas trabalhadores, e até já conquistadas aqui e ali e pelas quais é necessário lutar à escala de todos os sindicatos nacionais.

Os últimos acordos colectivos, arrancados muitos deles ao patronato e ao governo ao fim de prolongada luta — em que é justo salientar a luta dos bancários de Lisboa, Porto e Coimbra e dos portuários de Lisboa — e o interesse crescente que os trabalhadores vêm mostrando pela renovação de outros contratos não são filhos do acaso. Os acordos colectivos com todas as enormes insuficiências e demagogia que encerram, com o atraso com que a maior parte das vezes são elaborados e acordados, — e já quando os interessados auferem salários superiores aos que neles se determinam, — os acordos colectivos consignam, preto no branco, além dos salários, toda uma série de outras reivindicações e direitos profundamente sentidos pelas massas trabalhadoras.

Naturalmente que nada disto pode ser considerado como fruto da boa vontade e compreensão do patronato e do seu governo — o governo fascista de Salazar —. É, sim, o fruto da luta abnegada e difícil que a classe operária, sob a direcção do Partido Comunista Português, travou nas últimas dezenas de anos nas fábricas, minas, escritórios e também nos sindicatos. Esta luta teve os seus mártires e os seus heróis.

A empresa, principal campo de batalha

A importância crescente que vem assumindo a luta dos trabalhadores, dentro dos sindicatos nacionais, não retira, porém, a primazia à luta na empresa, no local de trabalho. A empresa continua a ser o principal campo de batalha da classe operária pelas suas reivindicações económicas e pela sua libertação do jugo do capital, pela democracia e o socialismo. A coordenação da luta travada na empresa com a luta a travar no sindicato pelas mesmas reivindicações ou em defesa dos mesmos direitos conquistados, isto é, da empresa para o sindicato e deste para a empresa, é o caminho justo que a classe operária e restantes trabalhadores deverão seguir na sua luta por melhores condições de vida. Isto não quer dizer que nesta ou naquela classe profissional a luta por aumento de salários, por um novo acordo colectivo de trabalho, não parta do

sindicato.

Muito menos a grande importância que assume a luta dos trabalhadores nos sindicatos pode fazer esquecer que estes são sindicatos fascistas e não têm por objectivo defender os interesses dos trabalhadores e muito menos de desenvolverem uma luta de classe contra a burguesia capitalista.

Por intermédio do governo de Salazar, a grande burguesia suprimiu os sindicatos livres em 1933 substituindo-os pelos chamados sindicatos nacionais com o objectivo confessado de privar a classe operária das suas organizações de classe independentes e perverter a sua consciência de classe sob a conhecida ária da «harmonia de classes», dos «interesses harmónicos» entre o capital e o trabalho, etc.. Isto é, os sindicatos nacionais foram criados pelo poder dos monopó-

hios para servir estes contra os interesses da classe operária e restantes trabalhadores assalariados. O facto de uma ou outra direcção sindical defender parcialmente os interesses dos trabalhadores em nada modifica o carácter fascista dos sindicatos nacionais, se bem que facilite a luta de classe contra classe nos sindicatos nacionais.

É portanto do interesse da classe operária au-

mentar a sua determinação na luta pela eleição de homens honrados, da sua confiança, fiéis à classe, para as direcções dos sindicatos nacionais. Com direcções deste tipo à frente dos sindicatos, a luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações e pela defesa dos direitos já conquistados torna-se menos difícil, dentro dos sindicatos.

Lutar palmo a palmo nos sindicatos fascistas pela defesa dos trabalhadores

É no entanto incorrecto proclamar-se, como algumas vezes se tem feito, aqui e ali, que os sindicatos nacionais «são nossos» isto é, dos trabalhadores. Não menos incorrecto é proclamar a possibilidade de transformação dos sindicatos nacionais, fascistas, em baluartes de defesa dos interesses dos trabalhadores. Baluartes dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe contra a burguesia, só o poderão ser os sindicatos livres, independentes, sem qualquer interferência das autoridades e do patronato, directa ou indirectamente. Mas estes só poderão ser uma realidade após o derrubamento da ditadura fascista e a instauração dum regime democrático. Antes disso os sindicatos nacionais podem, isso sim, ser transformados pelos trabalhadores em campos de batalha pela conquista das suas reivindicações e defesa dos seus direitos. A classe operária e restantes trabalhadores sentem bem na própria carne que os sindicatos nacionais não

são seus. Proclamar-se, mesmo isoladamente, que os sindicatos nacionais «são nossos» pode apenas servir para provocar confusões aqui e ali.

Por experiência própria os trabalhadores sabem que lutando unidos nos sindicatos nacionais se obtêm sucessos reivindicativos, mas sabem também que os sindicatos nacionais são fascistas, seguem uma orientação contrária aos seus interesses que demagógicamente dizem representar, são instrumentos do capital e do governo que observe, contra os trabalhadores. Estes são obrigados a lutar palmo a palmo nos sindicatos pela defesa dos direitos conquistados em lutas anteriores e pela conquista doutros. Nesta luta quase sempre têm de bater-se contra as direcções dos sindicatos compostas por lacaios do patronato e serventuários do governo—traidores à sua classe—que urge escorraçar dali por meio da luta organizada de massas.

A conquista de direcções nos sindicatos nacionais

As eleições nos sindicatos nacionais revestem-se de muita importância, mas são apenas um aspecto da luta activa dos trabalhadores no terreno sindical, de maneira nenhuma o mais importante.

Pensarmos na organização da luta nos sindicatos nacionais apenas quando se aproximam os períodos das eleições representa, na prática, uma grave subestimação das possibilidades legais e semi-legais de luta de massas no terreno sindical.

A conquista de direcções nos sindicatos nacionais favorece extraordinariamente a luta reivindicativa dos trabalhadores nos sindicatos. Torna-se por isso necessário que os militantes comunistas acompanhem dia a dia o problema das eleições nos sindicatos e desenvolvam em cada caso um sério trabalho de propaganda, agitação e organização entre os trabalhadores; fomentem e tomem a iniciativa da constituição de Comissões Sindicais de Unidade mais ou menos amplas para orientarem todo o trabalho de organização das listas, recolha das assinaturas necessárias para as apresentar, de elaboração dos Cadernos Reivindicativos e sua popularização e discussão entre os trabalhadores dos sindicatos respectivos, de mobilização da massa sindicalizada para ir votar nos homens e mulheres que se

dispõem a servir e a defender os interesses da classe. Mas a luta não termina aqui, não pode nem deve terminar aqui.

Os comunistas e os militantes operários sem-partido não podem esquecer um só momento que a organização de luta dos trabalhadores nos sindicatos nacionais é uma tarefa permanente, diária. Só assim o sindicato será transformado num campo de batalha importante da classe operária pelas suas reivindicações económicas e sociais.

A mobilização e organização permanente dos trabalhadores para se juntarem regularmente nos sindicatos e discutirem os seus problemas e acordarem a maneira de actuar para os resolver, tornará depois menos difícil a batalha durante os períodos eleitorais pela eleição de direcções da sua confiança.

Devem ficar claro, porém, que a eleição de uma direcção para um sindicato composta por homens e mulheres honrados, não significa, de modo algum, a conquista desse sindicato. Seja qual for a direcção que esteja à frente deste ou daquele sindicato nacional, os trabalhadores devem pressioná-la sempre, para que actue em defesa das suas reivindicações. É, pois, também incorrecto e susceptível de provocar confusão entre os membros do Partido, os simpatizantes e os trabalhadores, a palavra de ordem, várias vezes expressa, «pela conquista dos sindicatos».

Como já se salientou, estes não poderão ser conquistados, não poderão ser livres nas condições de uma ditadura fascista, que suprimiu os sindicatos independentes da classe operária e a liberdade sindical.

Os sindicatos nacionais são sindicatos fascistas, parte integrante da organização corporativa, têm de ser destruídos com o Estado fascista que os criou e os mantém.

Só então os trabalhadores portugueses poderão organizar os SEUS Sindicatos. Até lá, a classe operária, todos os trabalhadores, devem lutar cada vez com maior decisão nos sindicatos nacionais, fascistas, pelas suas reivindicações económicas e sociais.